

FONTE : CBCLASS. : 1208DATA : 6 12 89PG. : 5

## OAB propõe em Belém a extinção da Funai

DEMÉTRIO BELTRÃO  
Correspondente

Belém — A extinção da Funai, por ser um órgão que não tem protegido o interesse dos índios brasileiros, vai ser um dos pontos cruciais dos muitos temas que serão debatidos a partir de amanhã pela Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, durante o Simpósio Internacional do Direito Ambiental e a Questão da Amazônia, que acontecerá até sexta-feira no Centro Cultural Tancredo Neves-Centur.

O presidente da OAB-PA, Ophir Cavalcante, assegura que a extinção da Funai é necessária porque ela não tem protegido o interesse dos índios e sim somente o daqueles que estão à sua frente. "É preferível transferir a responsabilidade para outra entidade, que pode ser o Ibama, desde que se faça valer o direito dos índios. A legislação indígena existe. Mas falta colocá-la em prática" argumentou Ophir Cavalcante.

O Simpósio Internacional do Direito Ambiental e a Questão Amazônica é o primeiro desta natureza que se realiza em Belém, e objetiva abrir espaço para que se faça uma avaliação da le-

gislação destinada a toda a Amazônia Continental.

A partir de 1964 o Governo criou projetos de colonização ao longo das margens das estradas abertas na Amazônia, distribuindo incentivos fiscais mas que acabaram contribuindo para a devastação e depredação do meio ambiente na área, e influenciando conflitos fundiários devido a ocupação desordenada das terras. A OAB, segundo Ophir Cavalcante, já fez um levantamento de toda a legislação antiga que ampara esses direitos para que possa ser reavaliada durante o simpósio.

O presidente da União das Universidades da Amazônia, José de Seixas Lourenço, avalia que a principal contribuição que o Brasil pode oferecer aos demais países signatários do TCA foi a descentralização do tratamento dos problemas ambientais, que antes estavam concentrados apenas nas mãos do Governo Federal. "Hoje, o estado e o município já estão criando órgãos específicos para tratar do problema e aumentar o aparelho do Estado para enfrentar a questão", destacou Lourenço.